

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº33 • MARÇO/ABRIL • 2023

CONTRA AS AGRESSÕES MACHISTAS, TRANSFÓBICAS E FASCISTAS!

POR UM FEMINISMO REVOLUCIONÁRIO E ANTICAPITALISTA!





O PS continua a governar para o grande capital, deixando a classe trabalhadora na miséria.

É PRECISO UNIFICAR A ONDA DE GREVES NUMA GREVE GERAL!

Passou-se um ano desde o início da guerra na Ucrânia, uma guerra imperialista pela disputa da hegemonia mundial entre os blocos liderados pelos EUA e pela China. Em declínio, com derrotas em todos os outros continentes face ao emergente e potente imperialismo chinês, a oligarquia estado-unidense decidiu que não pode abdicar do controlo sobre a Europa, custe o que custar. Encontrou no regime ucraniano de extrema-direita um aliado ansioso por aderir à NATO, provocando a invasão de Putin e encontrando assim uma razão sobre a qual unir os governos europeus contra o bloco adversário.

Mas, apesar de toda a propaganda, torna-se cada vez mais evidente que o imperialismo estado-unidense encabeça um novo fiasco. Depois de usar milhares de ucranianos como carne para canhão, apesar de ter armado e partilhado inteligência com o governo de Zelensky, o governo dos EUA corre o risco de ter que se envolver mais diretamente na guerra para a manter. Uma opção que acarreta o risco de incendiar ainda mais a luta de classes a nível

nacional e internacional. As sanções à Rússia também foram um tiro no pé: não só as suas receitas com as exportações de hidrocarbonetos aumentaram quase 30% como a sua venda se expandiu para mercados tradicionalmente aliados dos EUA, como a Índia. O exército russo conseguiu consolidar os territórios conquistados e a previsão é que o PIB da Rússia cresça 0,3% este ano.

Na verdade, são os seus parceiros europeus que estão a pagar a factura energética da guerra — aos EUA e a outros mercados. Esta situação está obviamente a causar divisões nas várias burguesias europeias — com a alemã à cabeça, mas também na Hungria e República Checa —, contrariando a propaganda de uma Europa unida contra o invasor russo. Isto não impediu os capitalistas que controlam o sector das energias no continente de transferirem os custos para a classe trabalhadora, resultando num aumento da inflação por toda a Europa.

O que os EUA conseguiram foi, confirmando uma vez mais o seu papel de principal factor de instabi-

lidade económica, política e militar, trazer o velho continente de volta ao epicentro da luta de classes a nível mundial. A empobrecida classe trabalhadora em França e Reino Unido está a mostrar a sua força e revolta contra o sistema capitalista e todas as suas instituições, protagonizando levantamentos e protestos de massas, obrigando o sindicalismo burocrático a convocar greves gerais que paralisaram ambos os países. A classe trabalhadora em Portugal segue na sua esteira.

A classe trabalhadora em Portugal enfrenta esta nova crise capitalista sem ter ultrapassado a anterior

O capital financeiro internacional, com a conivência de sucessivos governos burgueses, relegou a classe trabalhadora em Portugal para trabalhos mal pagos, principalmente no sector terciário, como call-centers e turismo. Em aliança com o governo de Passos Coelho usou os seus instrumentos como o FMI e a União Europeia para, durante a crise da dívida pública que criou, privatizar e liberalizar o que ainda não tinha conseguido e garantir

que os salários permaneciam baixos. Com salários estagnados há 10 anos, estávamos no início de 2022 mais pobres — o nosso salário real, aquilo que conseguimos de facto comprar com o nosso salário é menor — do que em 2012. Os últimos dados, de 2020, revelam que quase metade da população sobrevive com menos de 550€ por mês.

Só a concertação de preços explica a inflação geral de 10% e de 22% nos bens essenciais. Os lucros record das grandes empresas como a Jerónimo Martins fazem-se à custa da nossa fome, obrigando-nos a roubar para comer. Uma demonstração gráfica do total falhanço do sistema capitalista que é incapaz de oferecer condições de vida minimamente dignas.

Sofremos ainda com a crise da habitação (ver página 6) — que nos empura para as periferias e para condições de habitação completamente insalubres — e com o colapso das infraestruturas e dos serviços públicos. Dezenas de milhares de alunos sem professores e hospitais a encerrarem por falta de médicos e enfermeiros, resultado de

décadas de subinvestimento e degradação das condições de trabalho dos funcionários públicos. Enquanto a classe trabalhadora tem cada vez menos acesso à saúde e educação públicas, a burguesia parasita-as e recebe chorudos subsídios do governo para fazer crescer saúde e educação privadas. Não satisfeito, o governo PS decidiu ser a altura de dar a machadada final nos serviços públicos, avançando com a municipalização na saúde e uma tentativa na educação, deixando à decisão de cada autarquia quanto investir ou se privatiza as suas escolas, o que significaria a completa destruição da escola pública.

Os profissionais da educação lideram as mobilizações de massas em Portugal

Este ataque à escola pública foi a gota de água para os professores. A sua proletarização forçada — com um quarto dos professores precários — e uma sindicalização relativamente elevada tornou os professores na ponta de lança da revolta social contra as condições de vida degradadas. Enquanto os sindicatos burocráticos da CGTP, reunidos na FENPROF, continuavam a dar preferência às negociações à porta fechada, o STOP tornou-se na ferramenta disponível para os professores levarem a luta às ruas e locais de trabalho — a única que faz de facto avançar a organização e consegue alcançar ganhos significativos. Construindo as greves de baixo para cima, organizadas por comités de greve em cada escola, o STOP conseguiu unificar as lutas do ensino, tendo convocado greve também para os trabalhadores não docentes, e trazer dezenas de milhares de profissionais da educação para

as ruas em várias ocasiões.

O governo tem usado todos os meios para impedir a greve de continuar, incluindo decretar serviços mínimos que nulificam completamente os efeitos da greve. Não é por acaso. As greves e manifestações dos profissionais da educação estão a ser um exemplo de luta contra a precariedade e os salários de miséria dos quais sofre a esmagadora maioria da classe trabalhadora. A unificação dos professores e trabalhadores não docentes em ações de luta e em manifestações de massas é um gigantesco passo em frente e uma inspiração para que outros sectores unifiquem também as suas lutas.

Não conseguindo conter a pressão dos enfermeiros e dos médicos, que estão na mesma situação dos professores, os sindicatos da CGTP da saúde também já decretaram greves. Mas tal como na educação, insistem em ter o papel reacionário de travar a construção de uma luta consequente, isolando as greves de enfermeiros e médicos. Tudo o contrário do que é necessário fazer: convocar uma greve geral de todos os profissionais da saúde por melhores condições de trabalho e em defesa do SNS. Uma greve geral da saúde e da educação seria um passo para a construção de uma greve geral total.

O governo do PS escolhe o capital enquanto a esquerda se abstém, alimentando as forças da reacção. É preciso construir a Greve Geral!

As medidas do governo do PS como o aumento irrisório do salário mínimo ou o mais recente pacote

para a habitação, embora maquiadas de progressistas, não apresentam nenhuma solução para a grande maioria da classe trabalhadora. Perante estas, a esquerda fica-se pela simples denúncia, abdicando quase por completo de uma política de mobilização e luta nas ruas. De resto o seu programa, de um reformismo atroz, subjugado aos limites do sistema capitalista, tampouco é solução para nenhum dos problemas da classe trabalhadora. Quem se mobiliza por aumentos do salário mínimo nacional para os 800 ou 850€ — propostas que se mantêm inalteradas há anos — quando é esse o preço das rendas? Pelo contrário, os programas do BE e PCP, incapazes de convencer a classe trabalhadora em processo de radicalização, são dirigidos às camadas mais atrasadas e à pequena-burguesia.

Com o desenrolar da crise o desgaste do PS é uma inevitabilidade. As políticas do PS e o reformismo das direções de esquerda só servem para desmoralizar a sua base e fortalecer a ideologia reacionária da extrema-direita entre a pequena-burguesia empobrecida e a sua penetração nas camadas mais atrasadas da classe trabalhadora. Quando a maioria da burguesia achar que está na altura de levar a cabo um novo período de ataques e escolher seguir com um governo de direita terá aqui a sua base, que já aumenta em número e virulência os seus ataques contra imigrantes, mulheres e pessoas LGBTI+. Por agora a direita continua num processo de reorganização, com o Presidente da República — o mais esclarecido representante público do PSI-19 — a insistir claramente nessa necessidade de preparação para serem

governo nas próximas legislativas.

Mas a classe trabalhadora está em movimento. As greves multiplicam-se em todos os sectores. Os professores continuam mobilizados e a mostrar o caminho. A manifestação “Vida Justa” trouxe às ruas de Lisboa muitos milhares de trabalhadores e jovens num ambiente muito combativo e determinado. É preciso unificar todas as lutas numa greve geral que faça parar o país e que tome para si um programa socialista que rompa com o capitalismo, que retire toda a riqueza concentrada de forma obscura nas mãos de um punhado de capitalistas e a ponha ao serviço da classe trabalhadora para ser gerida democraticamente.

A esquerda tem uma opção clara: adoptar este programa ou perecer. A força da classe trabalhadora na Inglaterra, em França, no Peru, em Portugal e em todos os países é completamente inspiradora e demonstra vez após vez que está à altura deste programa, ao contrário das suas direções. Falta o factor subjectivo, o partido revolucionário, que armado com o programa da revolução socialista e baseado na força e nos métodos da nossa classe acabe com este sistema podre e com a miséria e guerra que propaga. Há que construí-lo!

Junta-te à Esquerda Revolucionária!



**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[f @esquerdarevolucionaria.centelha](https://www.facebook.com/esquerdarevolucionaria.centelha) [@esqrevpt](https://www.instagram.com/esqrevpt) [@EsqRevPT](https://twitter.com/EsqRevPT)



JORNADAS MUNDIAIS DA JUVENTUDE

O mega evento da propaganda reacionária, machista e lgbti+ fóbica da igreja católica patrocinada em milhões pelo estado português

Ana M.
Esquerda Revolucionária

Em 2023, as Jornadas Mundiais da Juventude (JM) organizadas pela Igreja Católica realizar-se-ão em Lisboa na primeira semana de agosto.

O Estado português está a financiar este mega evento da Igreja. Sendo este, na prática, quem garante de facto a realização das JM. É este nas suas diversas formas o responsável pela disponibilização de meios e construção das mais diversas infraestruturas necessárias e desnecessárias para a sua realização.

Até ao momento já alocou (diretamente) mais de 80 milhões de euros. O Governo central vai gastar 36,5 milhões, a autarquia de Lisboa 35 milhões, a de Loures 10 milhões, a de Oeiras ainda não confirmou os gastos.

Nestes milhões estavam incluídos 5,1 milhões de euros para a construção dum palco

megalómano bem ao estilo do Vaticano. Após a revolta que este esbanjamento causou sobretudo na classe trabalhadora, Carlos Moedas, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi forçado a encolher o palco e conseguiu um desconto da Mota-Engil de 1,3 milhões de euros.

Estes gastos milionários em palcos são absolutamente grotescos. Enquanto a classe trabalhadora empobrece, passa fome, 1,7 milhões em Portugal vivem com menos de 551 euros por mês, e enquanto vivemos uma crise brutal da habitação com o maior epicentro na área metropolitana de Lisboa, pintam-se os parques da cidade a ouro para a Igreja Católica.

Igreja Católica: uma ferramenta ideológica na opressão das mulheres e das pessoas LGBTI+

A Igreja Católica é uma ferramenta ideológica da burguesia, particularmente dos seus setores mais reacionários. É uma instituição de defesa da propriedade privada e da

exploração capitalista. É também o baluarte do seu ideal de família nuclear — patriarcal, heterossexual e cisgénero.

O Papa Francisco, que é habitualmente elogiado pela esquerda reformista, recentemente numa entrevista, disse que ser homossexual não é um crime, mas é um pecado. Em alguns países, já não é legalmente um crime, inclusive em Portugal, não por vontade da Igreja, mas pela luta corajosa e determinada do movimento LGBTI+. Pois, o casamento homossexual, segundo a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), não é um casamento e é uma vulgarização da família.

A Igreja sempre se debateu contra todos os avanços mais elementares dos nossos direitos: o aborto, o casamento e a adoção homossexual, a auto-determinação de género... A Igreja Católica é a campeã da propaganda machista e LGBTI+fóbica.

Assim que existam oportunidades, vai estar na dianteira dos

ataques pelo retrocesso dos direitos que conquistámos. Por exemplo, imediatamente após a ilegalização do aborto nos EUA, Manuel Clemente, Cardeal-Patriarcal de Lisboa, veio agitar a ilegalização do aborto também em Portugal. 15 anos após a vitória do “SIM” no referendo à despenalização do aborto!

“E, portanto, problemas? Há. Gravidezes indesejadas? Há. Casos difíceis? Há. Mas a nossa função como sociedade, para cumprir o que vem nesse artigo da Constituição [Direito à Vida] é ajudar a resolver os problemas, não é aumentar esses problemas juntando um mal a outro mal”. O bem-estar, a vida e o direito das mulheres decidirem sobre os seus corpos pouco importa para a Igreja Católica.

São estas as ideias que o Estado português está a dar palco com os milhões da classe trabalhadora. Uma semana de celebração de ataques machistas e LGBTI+fóbicos.

O Estado premeia com milhões a instituição responsável por encobrir e perpetuar centenas de abusos sexuais

As JM estão a ser organizadas por cima das centenas de denúncias de abusos sexuais de crianças nos espaços controlados pela Igreja Católica, maioritariamente perpetuados por padres e encobertos e ocultados pela hierarquia da “Santa Sé”. Estas denúncias vieram a lume, no último ano, em Portugal.

O relatório final apresentado pela Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa, criada e controlada pela própria, recebeu 512 testemunhos, a partir dos quais confirmou 4815 vítimas de abusos sexuais, segundo o relatório final apresentado no último mês de fevereiro. Esta é só a ponta do iceberg, o número total de crianças vítimas de abusos sexuais será muito superior.

A nível mundial são centenas de milhares de abusos que vieram a público. A magnitude do problema, além de ser escandalosa e de uma violência atroz, deixa claro que estes abusos não são “casos isola-

dos”. Mostram que estamos perante violência sexual sistemática e que é sistematicamente e conscientemente encoberta pela Igreja.

A Igreja é essencialmente uma empresa capitalista multinacional, com o Vaticano a acumular um património avaliado em 4.000 milhões de euros.

A Igreja portuguesa é proprietária do Grupo Renascença Multimédia — detendo, com o Grupo Media Capital, o monopólio das rádios — e da Universidade Católica Portuguesa (UCP), uma das maiores universidades privadas no país. Só com a UCP, obtém lucros anuais de mais de 65 milhões de euros. É ainda a principal empregadora do “setor social” privado, com incontáveis IPSS como a Cáritas, as Santas Casas da Misericórdia e centros sociais paroquiais que recebem chorudos apoios do Estado e representam um mercado gigantesco de serviços — compreendendo creches, escolas, centros de dia, lares, hospitais, cuidados de saúde, apoio alimentar, etc.

A Igreja acumula desta forma uma série de funções sociais das quais o Estado burguês se desembaraça, e fá-lo obtendo lucros astronómicos e espalhando a ideologia mais reacionária.

E como qualquer multinacional, comporta-se como uma autêntica máfia. O seu poder económico

é gigantesco, e é utilizado para influenciar os sucessivos governos.

Este entrelaçamento com o Estado burguês — oficialmente laico — explica a forma como mesmo perante uma quantidade avassaladora de crimes de abuso sexual e pedofilia a hierarquia católica mantém o controlo de todo o processo de investigação e punição dos violadores e pedófilos e tenha apoio e financiamento para a organização das Jornadas Mundiais da Juventude. A Igreja é assim uma organização com direitos especiais.

Aliás, os laços ideológicos e políticos dos mais altos funcionários do Estado com a “Santa Sé” têm o seu esplendor máximo em Marcelo Rebelo de Sousa, reacionário e católico declarado. O Presidente da República fez tradição que todos os seus mandatos presidenciais começassem com uma viagem ao Vaticano. Além disto, fez questão de pré-avisar José Ornelas, presidente da Igreja Católica portuguesa, que tinha enviado para o Ministério Público uma denúncia contra este por alegadamente ter sido responsável de encobrir casos de abusos sexuais!

A posição do Estado, em toda a linha, é o encobrimento dos crimes da Igreja e a salvaguarda dos seus privilégios. Não olhando a meios para a

sua proteção. Esta posição teve o seu mais recente culminar também em Marcelo, para quem “haver 400 casos [de denúncias de abusos sexuais] não me parece que seja particularmente elevado”. Não podia ser mais transparente a posição do Estado face às agressões e abusos da Igreja Católica, pela boca da sua mais alta figura. Não há consequências para os seus crimes.

É necessário uma esquerda combativa para acabar com a impunidade e privilégios da Igreja!

A crítica do BE e do PCP relativamente às Jornadas Mundiais da Juventude resume-se no essencial à ausência de transparência dos gastos e contratos públicos realizados. E a sua atuação resume-se a requerimentos na Assembleia Municipal de Lisboa. Nenhuma palavra relativamente ao carácter de classe da Igreja Católica e à sua doutrina machista, homofóbica e transfóbica. Paulo Raimundo, secretário-geral do PCP, chega a ponto de brincar que se a organização das JM “tivessem entregado isso ao PCP e o PCP organizava isso com uma grande pinta, muito mais barato posso garantir”.

A esquerda tem de tomar uma posição que rompa de uma vez por todas com a política de relações amistosas e silêncio ante a Igreja que tem sido seguida durante décadas pelas direções reformistas, que temem chocar com o Vaticano como temem chocar com qualquer grande poder capitalista.

Fim a todo e qualquer privilégio, apoio estatal ou isenção fiscal de que a Igreja beneficie. A riqueza que a classe trabalhadora produz para a sociedade não pode servir para alimentar uma casta parasitária e reacionária. Dever ser investido na saúde, educação e na assistência às vítimas dos abusos. Todas as estruturas educacionais, de comunicação e de assistência social controladas pela Igreja Católica e que são utilizadas para espalhar a ideologia mais retrógrada têm de ser nacionalizadas sob controlo democrático.

É preciso construir uma esquerda combativa e revolucionária que tome as ruas para lutar contra todos os ataques machistas e LGBTI+ e para acabar com a impunidade e privilégios da Igreja.



A HABITAÇÃO É UM BEM ESSENCIAL! EXPROPRIAÇÃO DE TODA A PROPRIEDADE DEVOLUTA JÁ!

Maria Arcadinho
Esquerda Revolucionária

Há um ano previmos que a crise da habitação estava a chegar a um ponto crítico. Já na altura vivíamos uma situação na habitação completamente insustentável para a classe trabalhadora. Se há um caso que ilustra bem esta crise é o recente incêndio na Mouraria que consumiu um edifício e acabou por causar duas mortes, uma delas de um jovem de 14 anos. Num dos andares deste edifício viviam 22 imigrantes num apartamento sem quaisquer condições para albergar esta quantidade de moradores e cuja infraestrutura antiga e precária esteve na origem do incêndio. A gravidade do caso foi tal que nem os meios de comunicação burgueses puderam ignorá-lo, apesar deste não ser o único caso nos últimos anos de

incêndios em edifícios sobrelotados, principalmente no inverno, nos grandes centros urbanos.

Desde 2017 que o preço de venda das casas cresce a um ritmo médio de 9,7% por ano. Esta situação deve-se *essencialmente* à especulação de fundos imobiliários, agências imobiliárias e grandes capitalistas cujo capital se amontoava parado e ocioso sem ser investido na economia produtiva. Esse capital fluiu massivamente para o setor do imobiliário e para o setor do turismo, transformando por completo a paisagem urbana. Milhares de residentes foram expulsos dos centros urbanos para que hotéis, alojamentos locais e edifícios de luxo, à boleia dos vistos *gold*, servissem de ativo financeiro e para lavagem de dinheiro de capitalistas nacionais e internacionais. Es-

te dilúvio de capital no setor da habitação, num círculo vicioso de lucro especulativo e de aumento dos preços, e que não parece ter realmente um fim à vista, beneficiou largamente a classe dominante e deixou a classe trabalhadora na penúria.

Hoje em dia é necessário o equivalente a 11,4 anos de salário para um trabalhador conseguir comprar uma casa sem empréstimo. No mercado do arrendamento o aumento dos preços por metro quadrado foi de 35% desde 2018, particularmente nos grandes centros urbanos e respectivas periferias. Para se ter uma ideia, para se arrendar uma casa confortavelmente e ter ainda o suficiente para cobrir outras despesas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto seria necessário um rendimento de mais

de 1500 € líquidos por mês. Isto num país onde 2,6 milhões de pessoas vivem com menos de 660 € por mês.

E o preço do espaço habitacional em si é apenas uma parte dos custos da habitação. A electricidade, o gás, a água e os custos de manutenção concorrem todos para o preço final. Isto quer dizer que se uma família trabalhadora não tiver como pagar certas despesas associada à casa — seja ela renda, a amortização do empréstimo ou a conta da luz e do gás —, rapidamente se podem ver em situação de sem-abrigo.

A situação da habitação em Portugal

Desde finais da década de 1970 que se vendeu à classe trabalhadora a ideia de ser proprietária

da sua própria casa. Ainda hoje é apetecível para alguns os jovens trabalhadores possuírem a sua própria casa. Períodos de crescimento económico e de taxas de juros mais baixas permitiram a uma parte da classe trabalhadora comprar casa e ficar assim livre do peso das rendas e do senhorio. Mas o que acontece na maior parte dos casos é que se troca um senhorio por outro: o banco. Nos censos de 2021, sete em cada dez habitantes vivia numa habitação da qual é proprietário, mas a posse final da maior parte destas casas continuam a ser os bancos. Em 90% dos créditos à habitação as taxas de juro são variáveis e constituem o maior peso nas despesas mensais para as famílias, sendo a média de endividamento das famílias de 66 mil euros. Isto quer dizer que com o aumento dos juros muitas famílias estão a sentir reais dificuldades em conseguir cobrir todas as despesas.

Para além disto existe a agravante do envelhecimento das infraestruturas. A maior parte dos trabalhos estão concentrados nos grandes centros urbanos, e com os preços exorbitantes, a hotelaria e o imobiliário de luxo nos centros das cidades, os trabalhadores são cada vez mais empurrados para as periferias. Mas mesmo nas periferias os preços tornaram-se proibitivos. Aliás, não é por acaso que a questão da habitação tem sido tão debatida recentemente: isto é um problema que já não toca somente aos trabalhadores, mesmo a pequena-burguesia tem tido grandes dificuldades em conseguir manter a sua habitação. As novas construções que existem não visam a habitação acessível à maioria. São antes maioritariamente destinadas ou ao turismo ou à habitação de luxo, como condomínios privados. Chegámos ao ponto do ridículo de no Algarve se construírem novos hotéis para o turismo mas não haver casas suficientes para a quantidade de trabalhadores necessários ao seu funcionamento.

Com a falta de novas infraestruturas, o custo de vida alto e os baixos rendimentos, os trabalhadores têm que se contentar com edifícios precários, que não



têm meios de reparar. Num estudo recente do INE constatou-se que cerca de 35,8% dos edifícios precisam de reparações — 4,6% destes precisam de reparações profundas. Mas se a manutenção dos edifícios está a cargo dos trabalhadores e dos condomínios, então o mais provável é continuarem a degradar-se e isto pode ter consequências desastrosas. Sabe-se que a maioria das casas não tem condições nem para as altas temperaturas nem para as baixas e a maior parte da população usa equipamentos eléctricos para aquecer as suas casas no inverno. Juntando-se a isto instalações eléctricas obsoletas e dá-se o aumento de incêndios em edifícios. Só nos últimos dois anos, na faixa da Avenida Almirante Reis já se registaram pelo menos dez grandes incêndios em edifícios e que obrigaram ao realojamento das famílias que aí viviam. Mas estas notícias propagam-se um pouco por todo o país, principalmente nos centros urbanos.

Como seria de esperar, são as comunidades imigrantes que todos estes factores mais afectam. Não são poucas as notícias de pequenos apartamentos alojarem muito mais pessoas do que aquelas que deveriam. De acordo com o SEF mais de 200 mil imigrantes aguardam a sua autorização de residência, o que quer dizer que no entretanto não conseguem arranjar casa por vias legais, o que os obriga a arranjar outras formas de alojamento ou a ficar na rua. E mesmo para os imigrantes que conseguem a sua autorização, muitos senhorios re-

cusam-se a alugar-lhes as casas — e mesmo com a obrigação de dar a hipótese de arrendar, os proprietários não são obrigados a dar rendas acessíveis para a comunidade imigrante. Por isso vemos o aumento em 17,11% dos edifícios sobrelotados.

A pressão objetiva e social é de tal forma palpável que o Governo PS foi obrigado a apresentar, com grande alarido, um programa para a habitação.

O programa do Governo para a habitação

E qual é a solução que o Governo PS apresenta para a crise da habitação? Tira uma ponta da unha dos grandes proprietários para lhes devolver o total com juros. A medida mais “ambiciosa” do novo programa para a habitação é o arrendamento obrigatório das casas devolutas. Existem neste momento mais de 700 mil casas devolutas no país, cerca de 48 mil só em Lisboa. A medida do Governo, em teoria, obrigaria os proprietários destas casas devolutas a pô-las disponíveis para arrendamento. Com maior oferta de casas para arrendar daria-se assim resposta à procura e — novamente em *teoria* — controlar assim os preços das rendas. Mas analisemos esta medida mais de perto.

Em primeiro lugar, chamar a esta medida de arrendamento forçado é um exagero — com certeza assim chamado para dar a parecer ser uma medida mais radical do que na verdade é. O

que a medida diz que faz é algo que na verdade já existe na legislação: quando há procura para uma habitação com determinadas características, o proprietário da habitação que responder a essa procura deve disponibilizar a sua casa para arrendar — as casas de férias encontram-se fora deste regime, independentemente das necessidades da população. O proprietário não é obrigado a oferecer uma renda acessível e os modos de arrendamento continuam completamente a cargo do mesmo. O papel do Governo é simplesmente de mediar esta transação e, nos casos em que o próprio Estado subarrendar, a diferença entre a renda de mercado e a renda “acessível” será inteiramente suportada pelo próprio Estado — isto é, será suportada pela classe trabalhadora, tal como já acontece com a subsidiação dos passes ou dos livros escolares. Quando a renda não for paga, será ainda o Estado a pagá-la por inteiro e mesmo a promover o despejo do inquilino, atuando como capataz dos interesses especulativos na habitação.

As outras medidas do pacote passam por simplesmente disponibilizar 250 milhões para créditos a projetos privados e dar ainda mais benefícios fiscais aos proprietários que arrendam casas — a juntar-se aos já substanciais benefícios atribuídos aos fundos de investimento imobiliário —, principalmente se forem para alojamento de longa duração. O fim dos *vistos gold* e das novas licenças para alojamento local não alteram em nada o problema da



habitação. Na verdade, estas medidas fecham simplesmente uma tendência que já se verificava, principalmente no alojamento local. O limite das rendas nos novos contratos de habitação não se aplicam a novas habitações postas no mercado (ou seja, não se aplicam às casas devolutas que poderão vir a ser arrendadas) e mesmo este limite é estabelecido pela inflação. Mais uma vez, não nos serve de muito.

Em suma, estas medidas visam uma reorganização do mercado, mas o problema subjacente mantém-se: a falta de casas com condições e acessíveis para as famílias trabalhadoras e a população mais pobre.

À esquerda, o PCP e BE dizem, com razão, que estas medidas são insuficientes e que não se traduzem num verdadeiro impacto na vida das pessoas. Mas também não avançam com medidas que ofereçam soluções consequentes. O PCP limita-se a dizer que deve ser assegurado o direito à habitação (mas como?). O BE, por outro lado, aparenta ir um pouco mais longe, ao sugerir a proibição da venda de casas a não residentes. É verdade que o peso da procura estrangeira é significativo a nível nacional: constituem 12% das vendas e sente-se principalmente nas grandes cidades — no Porto chega mesmo aos 30%. Mas, no final, é indiferente ser o capital nacional ou inter-

nacional a adquirir e a especular com a habitação, a classe trabalhadora fica sempre a perder. Uma medida desta natureza não é nada menos do que protecionismo chauvinista.

Apesar da leviandade das medidas, não tardaram a ouvir-se as vozes dos grandes proprietários contra o pacote. Mas também não tardou o Governo a garantir que este programa não vai tocar nos seus lucros. Até já veio tranquilizar as grandes empresas de construção, prometendo o alívio das restrições na construção em zonas até agora protegidas, como é o caso das arribas do Algarve. A construção em Portugal continuará a ser um negócio bastante lucrativo e a especulação na habitação está bem protegida pelo Estado burguês. Este garante que o direito à habitação é um direito universal... mas que o direito à propriedade também é. Ora, isto é paradoxal. Enquanto os grandes proprietários, imobiliárias, construtoras e bancos tiverem o bolo dos lucros associados à habitação não pode haver solução possível. Se o Estado não toca nestes lucros e na propriedade privada então haverá sempre um problema de habitação.

A solução para a habitação

Se há algo que os últimos anos nos mostraram é que não podemos contar com um Estado burguês para cuidar do problema da habitação. Tão simplesmente pelo facto que a crise da habitação é um aspecto constante no sistema económico capitalista e está intrinsecamente ligada à questão da propriedade. Não se pode esperar que um Estado que protege a propriedade privada garanta a habitação para todos. Isto requer uma planificação pública que choca com os interesses dos capitalistas.

A única forma de resolver a crise da habitação é através da expropriação. Como vimos, há habitação em Portugal e em condições — é necessário torná-la acessível. Em primeiro lugar é necessário proibir todos despejos imediatamente, nenhuma família trabalhadora deve ser obrigada a viver na rua para garantir os lucros de uns poucos. É preciso expropriar os fundos imobiliários, os grandes proprietários e as casas devolutas, sem excepção e sem indemnização. Nacionalizar os bancos e as empresas energéticas, garantir habitação e con-

dições de habitabilidade para todos. Defendemos um plano nacional de construção, manutenção e recuperação de casas com vista à sua disponibilização a rendas que não podem ultrapassar 10% do rendimento total de uma família trabalhadora.

É ainda necessário o controlo democrático dos bairros através das comissões de moradores e de trabalhadores. Só os habitantes dos bairros poderão saber as necessidades específicas de cada um e implementar medidas para responder às necessidades da nossa classe e só assim podemos acabar com o capricho de senhorios racistas e lgbtífobos.

Mas mais do que isto é preciso ter sempre presente que só uma economia socialista poderá organizar a habitação disponível de acordo com as necessidades da população, poderá construir, não para investimento ou lucro, mas sim para dar resposta às reais necessidades sociais. Em capitalismo vivemos no caos habitacional, onde as casas são mercadoria e não um bem social básico. Só em socialismo podemos falar de habitação para todos.



CONTRA A TRANSFOBIA: QUEREMOS SER O QUE SOMOS!

Ângela Sankara
Livres e Combativas

A nossa opressão e exploração, o lucro dos capitalistas

As pessoas trans da classe trabalhadora são discriminadas no acesso ao trabalho, à saúde, à educação e à habitação. São assediadas na via pública inclusivamente pela polícia e estão sob constante risco de violência física nas mais variadas situações da vida.

A nível mundial, entre outubro de 2020 e setembro de 2021

foram mortas 375 pessoas trans, um aumento de 7% relativamente a 2020. O Brasil é o país onde são assassinadas mais pessoas trans, seguido do México e EUA. 96% destas pessoas eram mulheres trans. A idade média das pessoas trans mortas é de 30 anos. Claro que estes números oficiais raramente representam a total magnitude das pessoas trans assassinadas.

A pobreza e a precariedade a que estão sujeitas as pessoas trans empurra-as para situações de violência extrema, inclusivamente a prostituição e até a morte. 58% das pessoas trans assas-

sinadas eram pessoas prostituídas e a maioria mulheres negras e não-brancas.

Para além disso, as políticas xenófobas que privam os imigrantes dos direitos mais básicos, reforçam o racismo que cai sobre a comunidade trans e imigrante. Das mortes das pessoas trans na Europa, 43% eram pessoas trans imigrantes.¹

O sistema de educação continua, ano após ano, sem reformas

significativas no seu programa. Não há educação sexual inclusiva, os conteúdos continuam a ser em grande parte machistas, homofóbicos e racistas. Mais ainda, as agressões racistas, homofóbicas e transfóbicas são repetidamente ignoradas pelas direções das escolas e universidades.

Se as queixas de violência machista são sistematicamente ignoradas pela polícia e pelo sistema judicial, claro está, que todas as denúncias feitas por pessoas LGBTI+ também o são.

A maior parte das pessoas trans e não-binárias já passou

¹ Dados recolhidos do Trans Murder Monitoring (TMM), disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>



por pelo menos um episódio de discriminação em contexto médico. Há também dificuldade em ter acesso a procedimentos hormonais e cirúrgicos que sejam necessários, as listas de espera para consultas são intermináveis, médicos *transfriendly* que apenas trabalham em pontos específicos do país... O contínuo desinvestimento no SNS reforça os obstáculos no acesso ao SNS de pessoas trans e não-binárias.

Não é por acaso que as pessoas trans e não binárias têm tantos problemas de saúde mental, consequência de toda a violência a que são quotidianamente expostas. Há uma grande falta de psicólogos no SNS e dos poucos psicólogos que existem muitos têm práticas transfóbicas, impedindo que milhares de jovens de classe trabalhadora tenham acesso a apoio psicológico e a uma recuperação.

Desafiando as normas da sociedade capitalista e patriarcal

As pessoas trans e pessoas não-binárias entram em choque direto com a ideologia da família burguesa — a família nuclear, heterossexual e patriarcal —, tão essencial para o funcionamento do capitalismo. O nosso sofrimento, ao contrário do que nos querem fazer crer, não é inerente à nossa orientação sexual ou identidade de género, e não pode ser evitada com “terapias de conversão” ou “cura gay”. O sofrimento é resultado direto da violência a que estamos submetidas diariamente por não encaixar nos modelos capitalistas de sexualidade, de género e de família.

E é por isso que os governos capitalistas jamais poderão combater o machismo, a LGBTIfobia

o e o racismo de forma consequente. A completa libertação das pessoas LGBTI+ significa um ataque direto ao que há de mais fundamental neste sistema, a reprodução do modelo patriarcal da família e, consequentemente, a manutenção da propriedade privada e os privilégios que dela resultam.

Por isto mesmo, somos atacadas diariamente e publicamente na comunicação social com toda a impunidade, como se viu recentemente relativamente ao protesto da atriz trans Keyla Brasil ou no verão do ano passado.

Sob o argumento hipócrita da “liberdade de expressão”, cronistas, jornalistas, “comentadores”, “analistas”, humoristas e todo o tipo de opinadores têm espaço na grande comunicação social para lançar ataques contra pessoas

que estão entre as mais violentadas em capitalismo. Mesmo figuras que se dizem de esquerda embarcam nestas campanhas ou tentando acalmar os ânimos ou participando igualmente do ataque.

A verdade é que por todo o mundo, milhares de pessoas trans são condenadas a uma vida de pobreza, empurradas para a prostituição, agredidas, violadas, assassinadas. Dar espaço ao discurso que temos visto na comunicação social em Portugal — onde tentam humilhar-nos e vilanizar-nos, bem como ao nosso movimento — tem consequências muito reais.

Não é coincidência que a extrema-direita avance tão furiosamente para se organizar e ocupar as ruas, atacando mulheres, negros, imigrantes e pessoas LGBTI+, defendendo o ideal burguês de família, chamando-nos doentes



e imorais, e preparando-se para, à primeira oportunidade, tirar-nos todos os direitos que conquistámos com décadas de luta.

A extrema-direita e os fascistas exigem a nossa resposta contundente. Não há nenhuma forma de derrotar a ofensiva reacionária sem ação revolucionária da nossa parte. A história deixou isto claro vez após vez, e já o fez também especificamente em relação à opressão das pessoas LGBTI+. Quem tem de viver escondido e com medo é a extrema-direita e todos os fascistas!

Transfobia nas organizações de esquerda

Como se já não bastasse a violência perpetrada pelos capitalistas, fascistas e familiares homofóbicos e transfóbicos, vários coletivos e organizações de esquerda e que se declaram feministas e abolicionistas têm discursos transfóbicos e reacionários.

Argumentos tais como que a defesa dos direitos trans coloca os direitos das mulheres cis em segundo plano, ou de que o uso de casas-de-banho por mulheres trans será uma ferramenta de abuso para mulheres cis... Bem sabemos que os machistas não precisam de mudar a sua forma de

vestir para assediar e violentar mulheres.

Estas argumentações são simplesmente falaciosas, completamente desligadas da realidade e demonstram um total desprezo pela opressão e violência que sofrem as pessoas trans e não binárias e as mulheres cis.

As feministas que se opõem a unir-se aos nossos irmãos e irmãs de classe devem ser combatidas. As suas reivindicações não são feminismo anti-capitalista e revolucionário, são mais uma das representações do feminismo pequeno-burguês.

Precisamos de ter muito claro que estes ataques formam parte de uma reação aos avanços e à radicalização na nossa luta internacionalmente. É por temer a força do movimento feminista e LGBTI+, e o seu potencial revolucionário, que estes transfóbicos nos atacam tão desesperadamente. Não nos deixemos enganar: juntamente com a nossa classe, somos a esmagadora maioria e temos muito mais força do que eles.

A nossa solidariedade estabelece-se por linhas de classe, independentemente do género, raça ou nacionalidade. As pessoas trans não são a fonte da nossa opressão,

pelo contrário estão do mesmo lado da barricada.

Movimento Trans Revolucionário

Apesar de todos estes ataques, a juventude LGBTI+ não tem voltado ao armário a esconder-se, mas tem saído às ruas a reivindicar os seus direitos com unhas e dentes.

Defendemos que a única forma de conquistar direitos para as pessoas trans e pessoas LGBTI, para a classe trabalhadora e a juventude é enfrentar a direita e extrema-direita, o Estado burguês e os capitalistas nos locais de trabalho, nos bairros e nas escolas.

Todas as vitórias alcançadas, como a lei da auto-determinação em Portugal, foram vitórias da luta da juventude e da classe trabalhadora. Mas esta vitória ainda está por se concretizar, porque as pessoas trans e não binárias continuam expostas à exploração e violência.

A auto-determinação só será uma realidade quando nenhuma pessoa trans ou não-binária se veja obrigada a prostituir-se para sobreviver, que o SNS seja de facto de acesso gratuito e de qualidade, que se tenha acesso

a profissionais de saúde que reconheçam a sua identidade e que façam um acompanhamento médico para colmatar todas as suas necessidades, que as escolas sejam espaços onde possam expressar-se e que o acesso a habitação pública e de qualidade seja uma garantia... Sem estas necessidades materiais colmatadas, estas leis são apenas palavras em papel molhado.

As camadas mais oprimidas da nossa classe lideraram o início do movimento LGBTI+. Neste momento em que os capitalistas e os seus capatazes tentam descafeinar a nossa luta, e transformá-la em festa e lucro, é cada vez mais urgente recuperar o espírito da revolta de Stonewall.

A nossa opressão e exploração são indissociáveis da exploração capitalista, da opressão das mulheres, do racismo e de todas as formas de opressão que são produzidas por este mesmo sistema. Contra o inimigo comum, há que construir uma frente comum de luta. A luta das pessoas LGBTI+ é a luta de toda a classe trabalhadora, é a luta pelo socialismo!

GREVES CONTINUAM A PARALISAR O REINO UNIDO E TRAZEM MEIO MILHÃO DE TRABALHADORES PARA AS RUAS

Víctor Taibo
Comissão Executiva da
Izquierda Revolucionaria
(Estado espanhol)

O TUC tem de convocar uma Greve Geral para acabar com os Tories!

A 1 de fevereiro, centenas de milhares de trabalhadores britânicos coincidiram na maior jornada de greve em trinta anos: professores em escolas e faculdades, professores e funcionários universitários, trabalhadores dos caminhos-de-ferro e autocarros e cerca de 100.000 funcionários públicos de vários ministérios. Um dia de greves que culminou em manifestações massivas convocadas pelo Congresso Sindical (Trades Union Congress, TUC) em 75 cidades que reuniram mais de meio milhão de pessoas.

Uma das razões para estas marchas foi o combate às novas medidas do governo Tory para continuar a atacar o direito à greve. A nova lei, que já foi aprovada pela Câmara dos Comuns mas

que ainda tem de ser aprovada pela Câmara dos Lordes, propõe anular o direito à greve de centenas de milhares de trabalhadores através da criação de serviços mínimos abusivos em determinados sectores: transportes, bombeiros, trabalhadores fronteiriços, no serviço nacional de saúde (NHS) e professores.

Uma lei que ainda pode ser alterada, ou seja, agravada, pelos ministros e pelo Governo após o procedimento parlamentar, aproveitando a chamada cláusula Henrique VIII. Um novo exemplo do crescente autoritarismo do regime capitalista britânico e do aparelho de Estado, demonstrando os verdadeiros padrões democráticos daqueles que justificam a sua intervenção na guerra imperialista na Ucrânia em nome da sacrossanta democracia.

A força da classe trabalhadora britânica

Às greves dos professores con-

vocadas esta semana, juntamente com as dos trabalhadores ferroviários, funcionários universitários e funcionários públicos, acrescentar-se-á na próxima semana uma nova greve de enfermeiros, ambulâncias e fisioterapeutas do NHS, juntamente com diferentes sectores de transportes, de novo os funcionários universitários e funcionários públicos de museus ou trabalhadores fronteiriços. Por outro lado, o corpo docente, tanto em fevereiro como em março, continuará com novas greves, e em março os médicos mais novos — equivalente aos internos — também se juntarão às greves.

Apesar das esperanças do Governo conservador de que o tempo esgotaria o movimento, do uso do exército para tentar, sem sucesso, substituir os grevistas — 600 soldados a 1 de fevereiro —, ou as sucessivas iniciativas para restringir ainda mais o direito à greve, esta rebelião da classe trabalhadora não só não cessa como está a reforçar-se e a radicalizar-se. Uma rebelião que, contrariamente às previsões dos Tories, continua a ter um amplo apoio e simpatia entre o conjunto da população.

E a razão para isto é óbvia: o empobrecimento cada vez mais insuportável, com casos literais de fome e milhares de famílias trabalhadoras obrigadas a recorrer a cantinas sociais para conseguir comer, como a própria imprensa burguesa é obrigada a reconhecer. E para mais esta situação não dá sinais de melhorar, com uma economia já em recessão e com perspectivas de inflação para 2023 de 8%, longe da previsão de 4,6% do FMI para as economias avançadas e de 6,6% esperada a nível global.

Por esta razão, porque a classe trabalhadora disse “Basta!”, as tentativas do Governo de comprar as greves oferecendo migalhas,



com aumentos salariais de 4 ou 5% para enfermeiros, professores ou trabalhadores ferroviários, não enganaram ninguém, sendo massivamente rejeitadas.

Por outro lado, os sindicatos que convocaram estas greves, que se posicionam como os mais combativos, estão a fortalecer-se. Isto acontece com o National Education Union (NEU) entre os professores, o único que aprovou a convocatória das greves, e que viu crescer a sua filiação em 32 mil novos professores, fruto do facto de que só os trabalhadores filiados podem apoiar a convocatória.

Pela greve geral!

Apesar de todas as dificuldades e obstáculos, a dura legislação anti-sindical, a repressão, o papel de fura-greves do Partido Trabalhista de Starmer, e da relutância dos líderes do TUC e de outros grandes sindicatos, como o United e o Unison, para coordenar e unificar esta onda de greves com seriedade e força, a determinação da classe trabalhadora está a consegui-lo a partir de baixo, através de ação direta na luta. A jornada de 1 de fevereiro, que os líderes do TUC quiseram reduzir a meras marchas de protesto, tornou-se, na prática, um dia de greve geral do sector público que paralisou o país.

Neste contexto, e com o go-

verno conservador de Sunak à ofensiva contra o direito à greve, é mais necessário do que nunca lançar a convocatória de uma Greve Geral. Não há desculpas para não o fazer. A classe trabalhadora está a demonstrar, na prática, que tem a força e vontade para a organizar e levar para a frente. Os fracos argumentos sobre a impossibilidade de convocar em resultado de legislação anti-sindical, usados também pelo secretário-geral do TUC, Paul Novack, esquecem a história do movimento operário britânico e mostram a

enorme cobardia que cobre a burocracia sindical. Na década de 70, os sindicatos e a classe trabalhadora tiveram de enfrentar uma legislação anti-sindical selvagem. Em 1971, o governo conservador de Edward Heath aprovou uma dura lei anti-sindical, e em 1972 prendeu 5 dirigentes sindicais dos estivadores por insistirem em greves “ilegais”. Mas a generalização das greves em solidariedade com os estivadores e a ameaça de uma greve geral, numa situação semelhante à atual, fizeram cair esta legislação e libertaram todos os detidos.

O mesmo aconteceu na luta contra a *Poll Tax*¹ de Margaret Thatcher. Militant, uma organização marxista revolucionária com uma influência de massas, não hesitou em promover e organizar uma campanha massiva de desobediência contra este imposto, que levou à prisão de um dos seus deputados, Terry Fields, mas que finalmente derrubou a *Poll Tax* e fez cair a Dama de Ferro.

¹ O Community Charge — literalmente “imposto comunitário” — também conhecido como *Poll Tax*, era um imposto que obrigava ao pagamento de um montante igual por cada cidadão, independentemente do seu rendimento ou de qualquer outra circunstância pessoal ou social, afetando especialmente a classe trabalhadora e os sectores mais empobrecidos.

Se o TUC e os grandes sindicatos que o compõem convocarem uma Greve Geral de 24 horas, o governo e o aparelho de Estado não hesitarão em atacá-los, em cortar os seus recursos económicos, em confiscá-los e até a tentar prender dirigentes sindicais e ativistas. Mas não estarão já a agir nesse sentido com as duas leis anti-sindicais, contra o direito à greve, aprovadas em menos de um ano? Não estão já a utilizar o exército contra greves? Isto não requer uma resposta contundente à altura? Por acaso o direito à greve não é decisivo na defesa dos salários e das condições de vida da classe trabalhadora?

A enorme força do movimento grevista, que já é um facto, não só é a única forma de travar estes ataques e os que estão para vir, mas é a única forma da classe trabalhadora não se continuar a afundar na miséria. A vitória em cada uma destas greves dá mais força para que se unifiquem, ampliem e se transformem num conflito político através de uma Greve Geral que acabe definitivamente com os Tories e ponha em cima da mesa a expropriação dos bancos e dos grandes monopólios capitalistas para resolver os graves problemas sociais que afetam a maioria trabalhadora.





França: Novo êxito da greve geral REDOBRAR A MOBILIZAÇÃO ATÉ DERROTAR MACRON!

Víctor Rodríguez
Ezker Iraultzailea (Estado
espanhol)

Depois do sucesso da greve geral de 19 de janeiro contra a reforma das pensões, dia 31 de janeiro foi convocada uma segunda, que, apesar das mentiras e ridículos números dados pelo Governo, foi ainda mais vigorosa: 2,8 milhões de trabalhadores e jovens mobilizados nas ruas, segundo a CGT.

Em todo o país as manifestações foram massivas: 500.000 em Paris, 200.000 em Marselha, 80.000 em Toulouse ou 70.000 em Nantes, Bordéus ou Lille... Nos transportes públicos a greve voltou a ser massiva: 65% dos caminhos-de-ferro, 75% dos comboios regionais e 92% dos interurbanos não funcionaram. Na região de Paris houve linhas com 90% de cancelamentos de comboios. A adesão tem sido também total nas refinarias, ensino ou entre os alunos.

O desespero de Macron em

apresentar o movimento em recuo ou como algo minoritário contrasta com a força esmagadora das massas na rua, a amplitude crescente do movimento e o apoio social: 7 em cada 10 franceses rejeitam a contra-reforma. Uma força que já obrigou os sindicatos a convocar imediatamente dois novos dias de greve e manifestações nos dias 7 e 11 de fevereiro, coincidindo com o início da discussão parlamentar.

A mobilização está a colocar o Executivo da Primeira-Ministra Élisabeth Borne e o próprio Macron contra as cordas.

A contra-reforma das pensões: uma velha aspiração da burguesia francesa

A destruição do sistema de Segurança Social, construído fruto da luta revolucionária da classe trabalhadora após a Segunda Guerra Mundial e, especialmente depois do Maio de 68, tem sido um dos objetivos centrais da classe domi-

nante francesa nas últimas décadas. A primeira tentativa séria foi feita em 1995, o plano Juppé, e resultou numa derrota histórica para a direita como resultado da rebelião social que provocou.

Desde então, tanto os governos de direita de Chirac e de Sarkozy como do Partido Socialista de Hollande atacaram as pensões públicas, tornando mais difíceis os requisitos para se lhes ter acesso e eliminando regimes especiais com condições mais favoráveis para alguns sectores de trabalhadores.

Mas foi sob a presidência de Macron que os ataques se intensificaram. A retirada em 2019 e 2020 de planos semelhantes aos atuais, mesmo depois de aprovados pelo Parlamento, foi resultado não da pandemia, como tentaram fazer crer, mas de meses de greves muito duras que afetaram praticamente todos os sectores da produção. Uma vitória que mostra que mesmo com uma correlação de forças desfavorável no Parla-

mento, no final de contas o que é decisivo é a greve, a luta e a mobilização nas ruas.

Agora, mais uma vez, Macron pretende dar um golpe no financiamento da Segurança Social, incluindo uma redução de 5% nas despesas com pensões. No entanto, encontrou dinheiro para aumentar o orçamento militar em 30%, que chegará aos 413 mil milhões no período 2024-2030. Uma quantia sem precedentes desde a guerra da Argélia entre 1954 e 1962. A penetração de capital russo e os acordos militares com Moscovo nas antigas colónias francesas de África, como o Senegal, o Burkina Faso ou o Mali — onde há mobilizações contra a presença militar e as bases francesas — preocupam uma burguesia em decadência, e é isso que explica este aumento desproporcionado das despesas militares.

Tudo num cenário nada favorável para a economia francesa, que poderá entrar em recessão no segundo semestre de 2023. A cri-

se industrial na Alemanha já está a atingir a indústria francesa, especialmente as siderurgias do norte do país, com a produção industrial a cair 2,9% em dezembro.

Ao mesmo tempo, a situação social das famílias trabalhadoras está cada vez mais desesperada. 14,6% dos franceses vivem abaixo do limiar da pobreza — 21% para os menores de 18 anos — e em 2022 havia mais de 400.000 pensionistas a trabalhar para compensar as suas pensões de pobreza. Uma situação que não pára de piorar com uma inflação de 5,6%, que no caso dos alimentos subiu para 12,2%, o que levou a que 60% da população fosse afetada por cortes e racionamento de energia. Ao mesmo tempo, as grandes empresas cotadas no CAC40 gastaram um recorde de 80,2 mil milhões de euros em 2022 no pagamento de dividendos e outras remunerações aos seus acionistas.

Embora a rebelião dos trabalhadores e o confronto nas ruas se intensifiquem em todo o país, é significativo que a extrema-direita não tem sido capaz de desempenhar qualquer papel relevante. Por um lado, o ultrarreacionário Zemmour apoiou a contra-reforma das pensões, mostrando os interesses de classe que defende. Por seu lado, o discurso de Le Pen, demagógicamente apelando à convocatória de um referendo e rejeitando as greves — o que também a des-

mosfera — mostra a sua impotência e insignificância quando a classe operária e a juventude militante se preparam para a greve geral e a luta nas ruas.

Uma valiosa lição para todos aqueles que durante anos defenderam e teorizaram sobre a viragem para o fascismo da classe trabalhadora francesa. Análises que, ante os primeiros sintomas de ações de massas dos trabalhadores, se desmoronam com a realidade.

O papel das direções sindicais e da France Insoumise

Esta onda de mobilizações está a perturbar os planos da burguesia. Até a direção do CFDT, o sindicato mais conservador, foi forçada a aceitar a unidade sindical face à extensão e pressão do movimento. De facto, a federação petroquímica da CGT adotou um calendário de luta ascendente: a 26 e 27 de janeiro realizou uma greve de 48 horas e voltarão à carga com uma convocatória de 72 horas a partir de 6 de fevereiro, altura em que se propõem convocar uma greve por tempo indefinido e uma paralisação total das refinarias.

O papel da France Insoumise e Jean-Luc Mélenchon — confrontados com os sectores mais à direita da sua coligação eleitoral (NUPES) liderada pelo PS e pelos Verdes — apoiando e incentivando os



protestos, apelando a mobilizações massivas, como a de 21 de janeiro em Paris com 150.000 jovens, que permitiram que os sectores da juventude precária se juntassem à luta... é também reflexo da enorme pressão desde baixo.

Mélenchon salientou que combater estes ataques apenas a partir de posições parlamentares é completamente insuficiente e inútil. É verdade que temos de ir mais longe, começando por desenvolver uma campanha militante, juntamente com os sectores e comités mais combativos e radicalizados da CGT, para defender uma estratégia de luta ascendente, seguindo o exemplo dos trabalhadores petroquímicos, com um objetivo claro: uma greve geral de 72 horas de todos os sectores e com a perspectiva

de generalizar greves indefinidas.

É fundamental que as decisões sobre a continuidade da luta sejam debatidas e votadas pelos trabalhadores. A convocação de assembleias em todo o país deve fazer parte deste plano de luta. A criação de fundos de luta, a formação de comités de ação em todos os locais de trabalho e centros de estudo, mas também comissões de bairro e piquetes massivos serviriam para ampliar ainda mais o movimento, multiplicando a sua força.

Esta batalha não é apenas sindical. Os ativistas da esquerda combativa e revolucionária devem exigir coerência a Mélenchon e à France Insoumise: passar da oposição a Macron para a formulação de um programa político claramente anticapitalista que reivindique, sem complexos, a expropriação e nacionalização sob o controlo dos trabalhadores das grandes empresas e dos bancos. Desta forma, todos os recursos existentes podem ser canalizados para as necessidades sociais e o bem-estar da grande maioria. Assim, entre outras coisas, não só a idade da reforma não deve ser alargada, como a reforma aos 60 anos, como defende a France Insoumise, poderia ser uma realidade.

A classe trabalhadora francesa está a mostrar que tem muita força não só para derrotar a contra-reforma das pensões e derrubar Macron, mas para desafiar o capitalismo francês, contagiar a classe trabalhadora europeia e erguer a bandeira da revolução socialista.



LANÇAMENTO DO LIVRO

ALEXANDRA KOLLONTAI

Alexandra Kollontai foi uma das principais dirigentes da Revolução de Outubro, a primeira mulher da história a fazer parte de um governo democrático como Comissária da Saúde e do Bem-Estar, e é, até hoje, uma das principais contribuidoras para o feminismo socialista. Assinalando a origem da opressão da mulher nas relações de produção e lutando contra o machismo dentro da sociedade russa e inclusive dentro do partido bolchevique, Kollontai apontou a necessidade de desenvolver trabalho específico junto das mulheres trabalhadoras.

Kollontai: Pioneira do feminismo socialista

A sua principal preocupação era envolver as mulheres da classe trabalhadora na luta pela mudança da sociedade e compreender como o partido revolucionário e a nova sociedade poderiam enfrentar a opressão da mulher. Defendeu que não era suficiente afirmar que a libertação das mulheres chegaria com o socialismo, era necessário abordar os problemas específicos da violência machista: não abordar estas questões era permitir que as mulheres trabalhadoras se virassem para as organizações das feministas burguesas. As mulheres não se iam juntar “automaticamente” ao partido revolucionário, era preciso trabalho sistemático, consciente e organizado junto das mulheres da classe trabalhadora.

O feminismo marxista defende que a mulher só toma uma posição subordinada ao homem quando surge a propriedade privada. Só quando a riqueza produzida pela sociedade começa a ser apropriada de

forma individual é que se alteram as relações sociais entre homem e mulher. É com a necessidade de assegurar a passagem dessa propriedade privada entre gerações que nasce a necessidade de controlar a sexualidade das mulheres para garantir a legitimidade dos filhos na passagem da herança.

Da mesma forma, é quando surge a propriedade privada que nasce a prostituição. Só quando surge a divisão entre opressores e oprimidos é que a mulher se vê obrigada a recorrer à prostituição para não morrer à fome. A ligação entre a fragilidade económica e a prostituição é novamente demonstrada a cada crise.

Pela dupla opressão da mulher — no trabalho e em casa — e ainda pela constante ameaça da violência sexual, Alexandra Kollontai vai ver nas mulheres um dos elementos mais avançados da classe trabalhadora. Quer na Comuna de Paris quer na Revolução Russa - as manifestações do 8 de Março de 1917 marcaram o início da Revolução -, as mulheres tomaram a dianteira da classe trabalhadora revolucionária.

A relevância da obra de Kollontai

Qualquer ideia de que o desenvolvimento do capitalismo ia trazer uma sociedade livre para as mulheres já caiu por terra: uma em cada quatro mulheres são vítimas de violência doméstica na sua vida, há cada vez mais plataformas para as jovens e mulheres que são obrigadas a vender a imagem do seu corpo e a pobreza e a precariedade aumentam cada dia para a esma-

gadora maioria das trabalhadoras. Ao mesmo tempo, o nosso movimento é hoje um dos mais importantes por todo o mundo: mobilizamos milhares de trabalhadoras e jovens e não vamos aceitar e calar nem mais um segundo!

Construir o movimento feminista implica a correta leitura da nossa opressão: não nos podemos propôr a mudar o sistema se não compreendemos como ele funciona! A obra de Kollontai demonstra porque o feminismo burguês foi completamente ultrapassado e, ao mesmo tempo, traz uma importante arma contra o feminismo transfóbico e reacionário que nos tentam apresentar como progressista: a

mulher é oprimida pela posição na divisão social do trabalho e não por ter ou deixar de ter uma vagina.

Pela necessidade de ter uma linha clara no nosso movimento é que editamos agora esta obra, para conseguir armar todas as mulheres e jovens da nossa classe com as ferramentas necessárias para derrubar este sistema que nos oprime.

DEM AJUDAR A CONSTRUIR A VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA DE TRABALHADORAS E ESTUDANTES ORGANIZADAS!



**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

